

ALFABETIZAÇÃO: COMO CONSTRUIR O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA NO 1º ANO

Francisca Maria de Jesus¹
Marcel Pereira Pordeus²

RESUMO: Este artigo é um resumo da minha dissertação de mestrado na área educacional. Para tanto, o referido trabalho procura investigar como é construído o processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita com crianças do 1º ano do Ensino Fundamental. A base fundamental que provocou a presente pesquisa certificou que, embora os progressos teóricos quanto a temática, o estudo corroborou para as estratégias de aprendizagens de educadores que envolvem a alfabetização, ainda existe professores que persistem com uso de tradicionais métodos de alfabetização, e com isso, adicionados a outros fatores, crianças enfrentam dificuldades ou até mesmo fracassam no aprendizado da leitura e escrita. Assim, nos leva a questionar, seja qual for a maneira de alfabetização vale a pena? Com relação ao desenvolvimento, nos sustentamos na teoria da Psicogênese da língua escrita, nas argumentações sobre Alfabetização e Letramento. Participaram da pesquisa duas regentes titulares de suas salas de aula no 1º ano do Ensino Fundamental I, sendo uma da sala A e outra da sala B. Dos processos metodológicos efetuamos minientrevistas, logo após as aulas com as professoras, com a finalidade de entender como era realizado o trabalho em sala de aula. As observações foram feitas em cada turma (no início e no fim entre os meses de fevereiro e junho de 2019). As crianças foram avaliadas com três tipos de atividades (escrita de palavras, leitura de palavras, leitura e produção textual) em dois momentos diferentes (no início e no final da pesquisa). Em relação a aprendizagem, os resultados atingidos pela a turma A tiveram um avanço significativo nos eixos avaliados, já a turma B mostrou que os alunos não progrediram consideravelmente.

1507

Palavras-chave: Alfabetização. Metodologias de Ensino. Leitura e Escrita.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização no seu processo histórico, que envolve a aprendizagem da leitura, e em especial na aquisição da escrita, vem demonstrando para a academia como está sendo discutido e analisado no cenário educacional para termos maior conhecimento acerca da melhoria para o ensino. Com essa pesquisa trouxemos elementos importantes para reflexão e análise, por apresentar uma referência abrangente na construção do conhecimento sobre a alfabetização no Brasil nos dias atuais. Para sua realização foram apresentadas algumas

¹ Professora e mestra em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol. E-mail: fia-05@hotmail.com.

² Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Graduado em Letras: português / Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduando em Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br.

concepções que fundamentam esta proposta de estudo no sentido de conhecer com mais clareza e precisão o processo de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a clareza do que é letramento e alfabetização, pesquisas têm mostrado discussões históricas que revelam como se desenvolveu o processo de alfabetização no Brasil, desde os anos de 1980 até 2012, observa-se que a alfabetização tem sofrido grandes mudanças, entraves e também conquistas, isso têm sido assunto que se tornou bastante discutido no meio acadêmico, professores, gestores de escolas e sociedade em geral.

Os anos de 1980 com um cenário político tumultuado, o índice de analfabetismo, chegava a 25,41%, bem como pelo fracasso escolar, que afligia 19,9% da população que frequentava os anos iniciais do Ensino Fundamental (MORTATTI, 2000). A teoria dialética-marxista começava a se destacar nas pesquisas das ciências humanas em território nacional, como é o caso da educação e, respectivamente, na área da alfabetização.

A partir do ano de 1986, as ideias construtivistas e a propagação da teoria da psicogênese da língua escrita, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, passaram a discutir um novo campo de ensino e compreensão do percurso vivenciado pela criança na tentativa de compreender como funciona a escrita. Assim, trouxe uma adicional bastante gratificante para a aprendizagem da criança, concedendo-lhes novas ações. O educando passou a ser compreendido como um sujeito que produz, reconstrói hipóteses em relação ao desempenho da escrita; seus conhecimentos prévios têm grande relevância para a aprendizagem, que passou a ser o início para o

processo da alfabetização. No início do ensino foram usadas as chamadas “cartas de ABC”, método sintético (da “parte” para o “todo”), da soletração (silábico), partindo dos nomes das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas.

No ano de 1876, em Portugal, foi publicada a *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, escrita por João de Deus, poeta e pedagogo português. O material de estudo dessa cartilha ficou conhecido como “método João de Deus”. A condição para ensinar por este método era o estudo da fala, por sua vez foi bastante divulgado, sobretudo a partir da década de 1880. O “método João de Deus”, também chamado de “método da palavração”, apoiava-se nas concepções linguísticas do período e consistia em começar o ensino da leitura pela palavra, logo após, analisá-la a partir dos valores fonéticos. Posteriormente, na primeira década republicana foi lançado o método analítico, que ao contrário dos métodos de marcha

sintética, conduzia o ensino da leitura iniciando pelo “todo” para depois se analisar as partes que compõem as palavras.

A partir dos anos de 1920, diversas reformas educacionais foram surgindo nos estados brasileiros, buscando o fortalecimento das ideias republicanas. As reformas tinham o aluno como centro do processo, defendendo o uso de objetos concretos como jogos como parte do processo educacional. Depois de meados da década de 1920, métodos ecléticos e mistos passaram a ter uma maior aplicação, chamados de analítico - sintético ou vice-versa.

O método Eclético surgiu na Itália, sendo considerado uma grande descoberta no campo das metodologias educacionais, esse método utiliza análise e síntese, o método é considerado por ser aplicado de forma global, posto que parte de um todo, porém segue os passos do método sintético: som, sílabas, palavras e frases. Esses métodos foram muito aplicados até o final dos anos de 1970. Já na década de 1980, a educação brasileira voltou-se para o pensamento construtivista de alfabetização, fruto dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a Psicogênese da Língua Escrita. Dessa maneira gerando uma grande repercussão a respeito das ideias que se tinha a respeito do processo de alfabetização, influenciando a atuação do governo nessa questão, com base nisso foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais.

As Pesquisas da Emília “Psicogênese da Língua Escrita” é a mais relevante, não manifesta nenhum método pedagógico, mas revelam como o processo da aprendizagem é desenvolvido nas crianças. Desta forma, Emília Ferreiro se manifesta:

Minha função como investigadora tem sido mostrar e demonstrar que as crianças pensam a propósito da escrita e que seu pensamento tem interesse, coerência, validade e extraordinário potencial educativo. Temos de escuta-las. Temos de ser capazes de escutá-las desde os primeiros balbucios escritos, contemporâneos de seus primeiros desenhos (FERREIRO, 2002, p. 36 *apud* SIMONETTI, 2005, p. 30).

Nesse sentido, a aquisição da leitura e da escrita tem vivido historicamente um desafio para o Brasil, compondo-se de elementos de muitas pesquisas da área de educação em diversos sentidos. De acordo com alguns dados, denotam os entraves que têm representado alfabetizar a população de forma mais significativa. “No início dos anos de 1890, a porcentagem de analfabetos no Brasil era de 85%, e, na passagem do século XIX para o século XX, tinha decrescido para 75%” (RAMOS, 2001, p. 49), pausadamente esses números foram mudando no decorrer do século XX (GOULART, 2010).

Ao se fazer análise de outros dados do INAF, apresentam que um em cada

quatro brasileiros compreende globalmente as capacidades de leitura, escrita e matemática, e que 75% da população não consegue entender um texto simples, estando somente 25% da população brasileira adulta alfabetizada. Logo depois, certificando-se de que seria necessário buscar alternativas e enfrentar as altas taxas de repetências no Brasil, os problemas acima citados e o entendimento tanto de fundamentos teóricos quanto de diretrizes para o processo de alfabetização, surge o conceito de letramento em meados da década de 1980.

O novo conceito ganha força no cenário educacional brasileiro na década de 1990. Estudos de Soares (1998) e Kleiman (1995) são representativos desta época, apesar de que seus conceitos eram diferenciados. As pesquisas de Soares eram as que mais sensibilizaram as propostas educacionais, apontando os caminhos de forma mais ampla, pode-se dizer que essa nomenclatura traz uma nova direção para a educação, ressaltando uma grandeza primordial sobre o processo de alfabetização que, de um modo geral, dentro do contexto social a criança possa ampliar o valor social da aprendizagem da escrita, os usos e funções sociais desta modalidade de linguagem para além do saber ler e escrever, compreendida e incorporada desses saberes no viver de cada criança.

Ao proporem uma nova perspectiva sobre o processo que a criança passa para aprender a ler e a escrever, Ferreiro e Teberosky (1979) colaboraram muito para a reflexão que envolve a problemática da alfabetização. Diante de fortes elementos que representavam a alfabetização na época, viu-se necessário descobrir uma nova palavra que certificasse à circunstância ou condição de quem está alfabetizado, ou seja, essa nova condição, para além do saber ler e escrever, compreendia a incorporação desses saberes no viver de cada criança.

2 ALTERAÇÕES NO PARADIGMA DO CONCEITO DA ALFABETIZAÇÃO

Com as mudanças sucedidas no decorrer dos anos e as constantes adequações que a escrita e a leitura tiveram, era de grande importância que passassem de geração em geração, e com estas constantes variáveis foi importante que viessem as normas da alfabetização.

Questões relacionadas ao tema em discussão no campo da alfabetização vêm se delineando durante esses anos, centro de pesquisas e de interesses de muitos pesquisadores. Há tempos que se observam mudanças de paradigma do conceito de alfabetização, que transformou o principal objeto de estudo das investigações na área educacional. As

pesquisas relacionadas ao processo de aprendizagem da leitura e escrita ganharam espaços nos trabalhos acadêmicos e científicos. Ressaltando que o tema “método” deixou de ser o principal objeto de investigação. Durante alguns anos do século XX, conversas, argumentações têm seus debates demarcados acerca do ensino. Com isso, buscava-se o método mais eficaz para ensinar a ler e escrever.

Observa-se que a partir da década de 60, a discussão das ideias sobre alfabetização começa a ser fomentada em torno dos problemas do fracasso escolar. Nessa época, a “ideologia do déficit” foi bastante publicada. Os alunos vindos de classes populares desfavorecidas estariam em desvantagem, visto que o meio em que se encontravam não ofertava condições adequadas para o seu desenvolvimento. Em consequência disso, a explicação para o fracasso escolar seria o contexto cultural onde o educando estaria inserido; ou seja, o aluno era portador de déficits socioculturais. A função da escola seria compensar as deficiências do aluno.

Acompanhando a mesma ideologia das distinções culturais, indica que as dificuldades de aprendizagem são resultado de a criança ser desprovida de elementos que poderiam favorecer sua aprendizagem, onde havia privação linguística sofrida por elas estarem em camadas populares socialmente. As instituições de ensino valorizavam muito a cultura das classes dominantes. A assistência do educando era analisada segundo os seus parâmetros socioeconômicos. E por meio da criação da pré-escola surge como sendo um programa de prevenção, visto que era preciso diminuir os problemas que contribuem para o fracasso escolar antes de chegar ao ensino nas séries iniciais.

Já no final da década de 70 e início dos anos 80, passa por um período de mudanças. A teoria da psicologia ainda predomina, contudo, no lugar do Associacionismo, apresenta uma forte interferência da Psicogenética, reforçando as ideias piagetianas para a discussão em relação a alfabetização. Observando as ideias de Piaget (2011, p. 17),

A linguagem é necessariamente, interindividual, sendo constituída, por um sistema de signos (= significantes arbitrários e convencionais). Mas ao lado da linguagem, a criança pequena menos socializada que a de 7-8 anos e, sobretudo que o próprio adulto, tem necessidade de outro sistema de significantes, mais individual e mais motivado: o símbolo, cujas formas mais correntes na criança pequena se encontra no jogo simbólico ou na imaginação [...] o jogo simbólico aparece mais ou menos ao mesmo tempo da linguagem.

Levando-se em conta o que foi colocado pelo o autor, o ambiente onde possa produzir junto com a criança, em hipóteses piagetianas, amplia a relação do professor com os alunos, entre o sujeito (aluno) e o objeto, em consequência disso se constrói o

conhecimento. Logo, ao fomentar a linguagem e a concepção simbólica, o aprendiz agrega noções elementares cognitivas no sentido de compreender e utilizar os símbolos para a construção da escrita.

Já as pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, divulgadas no livro *Psicogênese da Língua Escrita* (1986), trouxeram uma nova perspectiva nas investigações que envolvem a aprendizagem das crianças, e como elas aprendem a ler e a escrever. Conforme as autoras, a percepção do código linguístico dá-se por meio da relação com o objeto a ser conhecido: a linguagem escrita que acontece com a familiaridades que a criança tem com os textos, uma vez que a aprendizagem não ocorre com a união de muitas partes, mas com bases a partir das hipóteses produzidas no decorrer de um processo que não se limita à memorização.

Depreende-se a compreensão, a coerência e a reflexão. Anexo nessa expectativa sabe-se que as crianças trazem dentro de si mesmas experiências culturais que são fundamentais ser consideradas como caminhos para uma construção de novos saberes. A alfabetização passa a ser compreendida como sendo um processo de reflexão da língua. Em vista disso, a escrita é constituída pela percepção gradual dos critérios que a caracteriza. Logo, esse processo não integra projetos oclusos, inflexíveis, mas pressupõe uma organização mais efetiva a partir das ideias construídas pelo próprio aluno. Para isso, é necessário que a criança tenha acesso a textos reais.

1512

Para compreender o código linguístico, a criança precisa interagir com o mesmo, precisa pensar sobre a língua. No lugar de textos artificiais (organizados com a única finalidade de ensinar a ler e a escrever), trabalha-se com textos reais, a partir dos quais o sujeito aprende atuando com e sobre a língua escrita, utilizando os conhecimentos que já possui sobre a escrita e levantando hipóteses sobre a correspondência letra-som.

Para acrescentar as ideias de Ferreiro (*apud* RAPOPORT *et al.*, 2009, p. 37) postulam que: “A linguagem é o principal elemento mediador, sendo o meio simbólico, por excelência, utilizado pelo ser humano para se comunicar e interagir com os outros sujeitos” As autoras se referem a linguagem agregada por meio dos atores sociais, em que é apontada como elemento contínuo e mediador nos processos de aprendizagem e comunicação social.

Fazendo análise sobre as políticas públicas no contexto brasileiro a partir dos anos de 1980, significou um período importante para a educação, especialmente durante as mudanças políticas apoiadas em um regime ditatorial e de unificação política, concedeu

oportunidades a um determinado campo. “Pela abertura política e pela implantação de mecanismos que favoreceram a participação popular e a democratização das decisões e das relações de trabalho” (FERNANDES, 2008, p. 30). Essas mudanças neste contexto trouxeram reflexões à educação pública, promovendo e proporcionando grandes transformações no tocante ao eixo institucional das escolas.

Com efeito, os ciclos de aprendizagem são vistos em geral como uma etapa de pelo menos dois anos escolares, idealmente de três ou quatro anos, onde a criança que ingressa no ciclo com o compromisso dos mesmos professores permanecerem com os alunos. E ainda as concepções de ensino traçadas no modelo cognitivista, de preferência da alfabetização (SOARES, 2004)

Analisando a alfabetização, observamos que no decorrer desses anos, as mudanças conceituais e metodológicas realizadas ao longo da história do ensino da língua escrita no início da escolarização mostra que, até os anos 80, tinha por finalidade a alfabetização, ou seja, realçava sobretudo a aprendizagem do sistema convencional da escrita. Segundo o que Simonetti (2005) assevera, o fato de estar alfabetizado na escola não assegura que o aluno esteja alfabetizado/letrado para a vida e para o mundo. Estar alfabetizado pressupõe muito mais ler e escrever. Para a autora, estar alfabetizado requer muito mais do aluno, que desenvolva o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais.

1513

Em consequência disso, o aprendiz será capaz de dominar a língua no seu cotidiano, nos mais distintos contextos. Os principais métodos de alfabetização da época intercalavam-se em movimento oscilar: ora a escolha pelo princípio da síntese, onde o processo de ensino partia das unidades menores da língua – os fonemas, as sílabas – até chegar às unidades maiores – a palavra, a frase, o texto (método fônico, métodos silábico); ou a opção de iniciar pelos métodos do qual a alfabetização deve, ao contrário, serem desenvolvidas das unidades maiores e portadoras de sentido – a palavra, a frase, o texto – em até as unidades menores (método da palavração, método da sentencição, método global). As duas opções, no entanto, a intenção foi a aprendizagem através do procedimento alfabético e ortográfico da escrita.

3 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO CONTEMPORÂNEAMENTE

As últimas décadas foram marcadas por profundas transformações na educação, principalmente em relação a alfabetização, começando com o fato que se antes a criança

ingressava na escola aos sete anos de idade, já a partir da 1^o série, e que nos dois primeiros anos o foco era totalmente voltado para o desenvolvimento da leitura e da escrita, que, como já foi dito anteriormente, nesse processo tinha como principais características o foco na oralidade, com soletração e ditados, a partir dos anos de 1990, principalmente com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9394/96, as crianças passaram a frequentar em maior quantidade as creches e pré-escolas, o que posteriormente viria a ser obrigatório antes dela poder ingressar de fato no ensino básico.

Sem contar que o Ensino Fundamental, que antes era de oito anos, passou a ser de nove anos, o que antecipou o ingresso de muitas crianças nessa fase da educação, com seis anos de idade, contanto, com o fato que esse estudante já passou pelo Ensino Infantil, fato que não acontecia antes. O Ministério da Educação, ao explicar a respeito do Ensino Fundamental de nove anos, defende o seguinte:

[...] podemos ver o ensino fundamental de nove anos como mais uma estratégia de democratização e acesso à escola. A Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, assegura o direito das crianças de seis anos à educação formal, obrigando as famílias a matriculá-las e o Estado a oferecer o atendimento (BRASIL, 2007, p. 27).

Porém, as mudanças educacionais não ficaram exclusivas apenas nos níveis do processo de alfabetização, as modificações ocorreram também na maneira como essa etapa estudantil era vista, passando a ser um objeto de estudo cada vez mais comum entre os pesquisadores acadêmicos. O percurso de implantação do Ensino Fundamental de nove anos começou no ano de 2005, com a adesão de 27,08% das prefeituras. Em 2006, esse percentual subiu para 47,2%; em 2007, para 71,78%; em 2008, para 82,57%, e este ano para 92%. Levantamento da SEB contém a relação dos 434 municípios, por região e estado, nos quais o acesso de crianças de seis anos não está assegurado (TANCREDI, 2019).

A partir da década de 1980, os métodos sintéticos e analíticos começaram a ficar obsoletos, tendo suas práticas questionadas, dando espaço para uma nova forma de alfabetização, principalmente devido ao construtivismo, que mesmo tendo uma compreensão clara de início por parte do educadores, deu uma nova direção para a educação. Soares (2003) destaca a importância do construtivismo, posto ter trazido uma mudança muito expressiva em relação aos pressupostos e objetivos do processo de alfabetização, porque modificou de forma significativa o processo educacional de alfabetização, apagando as diferenças entre o ensino do sistema de escrita e de leitura.

A criança se tornou o centro e foco do processo, e era vista agora como um ser

pensamente, assim não fazia sentindo aplicar um sistema na qual deveriam apenas decorar palavras sem compreender o significado do que estavam fazendo, daí a necessidade de se trabalhar um processo de alfabetização o qual vai muito além da simples decodificação de palavras, mas trabalhar com um que mostre o significado não apenas dos vocábulos, mas do processo em si, dando sentido a aprendizagem da criança.

Em busca de respostas para os desafios que a alfabetização vem enfrentado nos dias atuais, diversas teorias de aprendizagem pretendem compreender e desvendar o processo de como a criança aprende, tendo como referências aos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a teoria da psicogênese da língua e escrita. Uma vez que essa teoria teve grande relevância para a alfabetização no Brasil.

Em 1986 como *Psicogênese da Língua Escrita*, revolucionou a teoria e a prática da alfabetização, demonstrando que aprendizagem da leitura e escrita se inicia muito antes de a criança estar na escola e sem a mediação do ensino formal (SIMONETTI, 2005, p. 29).

Retrocitada autora pontua que o conhecimento da criança compreende a outros fatores de aprendizagens, antes mesmo de ela ser inserida em uma instituição escolar. Uma vez que a construção do educando se dá interagindo com o objeto de conhecimento, ou seja, com a escrita espontânea sem ser preciso de assistência por parte do ensino formal.

1515

As pesquisas acerca da Psicogênese da Língua escrita descrevem como a criança se apropria dos conceitos e das habilidades de ler e escrever, expondo que a aprendizagem dessas ações linguísticas acompanha uma linha idêntica àquele que a humanidade percorreu até chegar ao sistema alfabético, isto é, a criança constrói gradativamente várias hipóteses sobre o sistema de escrita, partindo de uma coerência que vai da não compreensão da associação entre fala e escrita. Nesse sentido, ela precisa, então, responder as seguintes perguntas: o que a escrita traduz e de que forma ela se reproduz, ou melhor, a tese de Ferreiro coloca a criança em ação como a personagem principal de sua própria aprendizagem.

Para Ferreiro (2001), no início a criança constrói sistemas interpretativos que são baseados mais em correspondências de significados do que em correspondências sonoras. A autora destaca o grande valor das primeiras escritas realizadas pela criança no início de sua aprendizagem, a escrita tem significado importante, pois precisam ser consideradas as produções feitas, a forma e seus esforços foram colocados no papel representando algo. Munidos de seus conhecimentos no processo de aprendizagem, a criança é capaz de proceder novas atitudes.

Com base nesse modo de pensar, as crianças desenvolvem mecanismos de interpretação que são as ferramentas de apropriação, em vista disso, toda informação interpretada pela criança faz com que ela crie sentido em tudo aquilo que está sendo interpretado. Emília Ferreiro (2005 *apud* SIMONETTI), sustenta em dizer que:

Minha função como investigadora tem sido mostrar e demonstrar que as crianças pensam a propósito da escrita, e que seu pensamento tem interesse, coerência, validade e extraordinário potencial educativo. Temos de escuta-las. Temos de ser capazes de escutá-las desde os primeiros balbucios escritos, contemporâneos de seus primeiros desenhos (FERREIRO, 2002, p. 36 *apud* SIMONETTI *et al.*, 2005, p. 30).

Para citadas autoras, a criança que está condicionada a exercícios e habilidades básicas, sua aprendizagem se tornará instável, uma vez que antes de passar pelo processo de alfabetização dentro de uma instituição escolar, ela já dispõe de conhecimentos que a faz pensar e construir hipóteses sem que sejam desenvolvidas estratégias de ensino para que seja alfabetizada. Onde devemos acreditar nos seus interesses e anseios como sendo significativo para a aprendizagem.

No processo em questão, as pesquisas das obras de Ferreiro e Teberosky (1999), que portaram como base Piaget, comprovam que a escrita é uma produção social e, como tal, sofreu inúmeras transformações ao longo da história da humanidade. Para assimilação alfabética e da produção escrita, a criança passa por diversos passos antes de compreender o sistema alfabético de escrita, com avanço recuo, até se apropriar do código linguístico.

Nesse sentido, cada fase apresenta características específicas no aprendizado. Cada etapa concluída é sempre um processo construtivo para a criança que retém o que aprende e ao mesmo tempo consegue agregar outros dados de forma espontânea, mas é este o caminho para o desenvolvimento da leitura e escrita.

CONCLUSÃO

A temática dessa pesquisa nos leva a refletir e debater em relação a algumas questões, a saber: Como as crianças estão sendo alfabetizadas? Qualquer estratégia de ensino para alfabetizar é incontestável? As explicações para essas perguntas requerem que averiguemos como tem ocorrido e como estão sendo desenvolvidas as atividades nas turmas de Alfabetização, os elementos encontrados nessa pesquisa contribuirão para a formação e explanação desse tema.

Em vista disso, portanto, é o que trataremos nas considerações finais. Nas referências com os autores que sustentam a tese de que é significativo na alfabetização,

uma concepção de letramento, possibilitar às crianças atividades contextualizadas de leitura e escrita, fomentando situações de exploração sobre o contexto de produção dos textos trabalhados, refletindo sobre as características dos mesmos, onde são desenvolvidas estratégias de leitura.

Em função disso, é indispensável a busca de propostas alternativas para o cotidiano do processo alfabetizador, fazer uso de atividades diversificadas e sistemáticas de apropriação. As ideias desenvolvidas e colocadas em táticas em sala de aula, em geral, encaminham-se alicerçadas em pressupostos autores que consideram o conhecimento como algo essencial para a vida. Sabemos que a Alfabetização é um campo favorecido para idealização de conhecimentos que envolvem a leitura e escrita por meio de processos da realização de práticas pedagógicas que intencionem o progresso global das crianças.

Ao desenvolver a pesquisa, foi provável perceber que quando a linguagem é colocada como eixo privilegiado no 1º ano do Ensino Fundamental, este espaço pode contribuir para assegurar o desenvolvimento de conhecimentos sobre a natureza e o funcionamento do sistema de escrita, por meio da realização de atividades que proporcionam à criança momentos de reflexão que envolvem a escrita do sistema alfabético.

1517

As atividades de Língua Portuguesa desenvolvidas em sala de aula procuram guiar as crianças para a memorização, limitando-se apenas o livro didático da criança em que há exploração e reconhecimento das letras, sílabas e algumas palavras, com ênfase no treino da coordenação motora (cópia de letras, palavras descontextualizadas). Desta forma, a aprendizagem acontece por meio da repetição.

A aprendizagem significativa da alfabetização se dá por meio do espaço que oferecemos a cada criança, com objetivos precisos, habilitado ao promover o desenvolvimento das habilidades fundamentais à construção do conhecimento. No tocante à língua escrita, é indispensável para o processo de alfabetização que as crianças coparticipem de situações de ensino em que sejam incentivadas a refletirem sobre as palavras, a perceberem a grandeza sonora, a relacionar com diferentes gêneros textuais, onde possam produzir textos.

Intercedemos, portanto, um trabalho com mais pesquisas que analisem ações pedagógicas eficazes e com mais recursos pedagógicos desenvolvidos no 1º ano do Ensino Fundamental, com o propósito de que consigamos certificar-nos que as

crianças se desenvolvem, constroem e adquirem conhecimento na perspectiva do alfabetizar-letRANDo.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. Passado e presente dos verbos ler e escrever. São Pulo: Cortez, 2002. 92 p.

FERREIRO, Emília. **Sociogênese e psicogênese da Língua Escrita**. Conversas de Emília Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Martins Torres Porto Alegre: ARTMED Editora 2001, p. 27.

GOULART, C. M. A. Letramento e polifonia: um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 18, p. 5-21, set./dez. 2001.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os Significados do Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Disponível em

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_edespecial_artigo_marcia_maria_calizotti.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

PIAGET, Jean. **A equilíbrio das estruturas cognitivas**: Problema central do desenvolvimento. Trad. Marion Merlone dos Santos Penna. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 175 p.

RAMOS, L. M. P. de C. Educação das classes populares: o que mudou nas últimas décadas. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 47-56, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23871>. Acesso em: 28 dez. 2021.

RAPOPORT, A *et al.* (Orgs.) **A linguagem como o principal instrumento mediador nas relações sociais**. Porto Alegre, Edit. Mediação, 2009.

SIMONETTI, A. *et al.* **O desafio da teoria**. Fortaleza. Editora Copyright, 2005. p. 30.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. 287 p.

SOARES, Magda. Letramento: **um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA5_ID3033_19062015180034.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

TANCREDI. Ministério da Educação. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33412-ensino-fundamental-denove-anos>.
Acesso em: 15 jan. 2022.

TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 300p.